

VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA - ACTAS

A Península Ibérica - um espaço em mutação
Vol. I



Publicações da Universidade do Porto

1995

Título: VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA – ACTAS

Subtítulo: A Península Ibérica – um espaço em mutação

Editor: Universidade do Porto — R. D. Manuel II, 4050 PORTO, PORTUGAL. Telef. +351 2 694462 Fax. +351 2 698736

Nº: 2

Volume: I

Edição: 1ª

Localidade: Porto

País: Portugal

Mês: Maio

Ano: 1995

Nº de exemplares: 1500

© 1995, Universidade do Porto e Instituto de Geografia da Faculdade de Letras do Porto

Capa: Nazareth Rego (montagem com base na fotografia aérea em infravermelhos da ACEL, 1990)

Revisão: Grupo de Documentação do VI Colóquio Ibérico de Geografia

Tratamento de imagem: Silvano Rego

Arranjo gráfico: Silvano Rego e Fernando G. Monteiro

Fotolitos: Gráfica da Universidade do Porto

Impressão: Litogaia – Artes Gráficas, Lda

Data: Janeiro de 1996

Depósito Legal nº: 92751/95

Vol. I

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Cidades e Metrópoles 3. Ruralidades
4. Dinâmicas Industriais 5. Políticas Regionais e Locais.

Vol. II

Temáticas: 1. Geografia Humana e Planeamento Regional 2. Turismo e Lazer 3. Geografia Física
e Ambiente 4. Geomorfologia 5. Climatologia e Hidrologia. 6. Catástrofes Naturais e
Impacte Ambiental

Vol. III

Temáticas: 1. Geografia Física e Ambiente 3. Recursos Naturais e Ordenamento do Território
4. Investigação e Ensino em Geografia

REESTRUTURAÇÃO VITÍCOLA E TURISMO NO ESPAÇO RURAL DA RIBEIRA LIMA

HELDER MARQUES
LUIS MARTINS
Instituto de Geografia da FLUP

A estética rural que ancestralmente tem caracterizado a paisagem da Ribeira Lima continua a ser preponderante, demonstrando mesmo uma grande capacidade de absorção em relação às alterações formais mais recentes, quer se trate da maior urbanidade que facilmente se visualiza nas novas construções, vias de comunicação e equipamento funcional, ou mesmo das transformações operadas no modo de utilização das parcelas de cultivo, cujo exemplo mais significativo é a monocultura da vinha.

Apesar do crescente peso da industrialização na faixa litoral, acompanhando o eixo que se estende do Porto a Viana, a população activa, na globalidade dos municípios, continua a ter como predominante a actividade agrícola. As sedes concelhias têm visto crescer a sua centralidade, e além de centros aglutinadores do comércio e dos serviços de natureza económica beneficiaram também, recentemente, da expansão do sector social e administrativo do Estado, sendo praticamente os únicos aglomerados urbanos que não registaram, entre 1960 e 1991, perdas populacionais, ao invés dos de pequena dimensão e dos isolados.

A agricultura limiana, tradicionalmente sustentada numa policultura intensiva, onde se destacam a viticultura e a criação de bovinos de leite e carne, passou no decorrer das décadas de 50 e 60 por uma fase de modernização, se bem que incipiente e tardia, se se tiver em conta a que já se tinha operado nos países da Europa do Norte. A referência era a exploração racionalizada e mecanizada, fortemente articulada a montante e a jusante (elevados consumos de adubos, pesticidas, etc. / produção essencialmente mercantil), normalmente especializada e com uma elevada produtividade do trabalho. A vinha, desde que as ramadas se generalizaram por finais do séc. XIX, acompanhava as áreas de lavradio, distribuindo-se ao longo do vale pela bordadura dos campos de cultivo. O tinto era largamente predominante e, apesar das barcas carregarem nos diversos portos fluviais pipas com destino a Viana, o autoconsumo era muito elevado. Os gados alimentavam-se essencialmente de pastos espontâneos e de sub-produtos da cultura do milho, já que não se recorria à silagem, enquanto o cultivo de forragens e pastagens para tal fim era praticamente inexistente.

É neste quadro, quase oitocentista, ainda que contemporâneo de um êxodo rural significativo, no qual se insere o fluxo emigratório para a Europa, que aumentam as jornas, se rarefaz a mão de obra assalariada e se alteram as condições das parcerias. Na viticultura surgem as primeiras formas de racionalização do trabalho quer pelo aparecimento de uma nova forma de condução da videira (o festão), quer pela vulgarização dos atomizadores, ao mesmo tempo que se começa a notar um aumento de importância dos quantitativos de vinho branco, que se mostra de melhor acolhimento nos mercados urbanos. Mas a principal alteração reside, sem dúvida, no surgimento das adegas cooperativas (a de Ponte de Lima inicia a laboração em 1962), cuja construção foi incentivada e coordenada pelo Estado. No que respeita à produção de leite verifica-se uma clara melhoria no processamento em natureza com a implementação de postos de recolha, recurso à pasteurização e apoio financeiro, também por parte do Estado, às cooperativas, cuja influência se fez sentir sobretudo no litoral, (Viana do Castelo) mas que

se foi alargando aos concelhos interiores, permitindo abranger mais de cinco mil produtores, a maioria de pequena dimensão, com uma produção média diária relativamente baixa, mas importante enquanto fonte de rendimento seguro e permanente.

Depois de estabelecidos e testados, por finais da década de 60, os circuitos comerciais, opera-se progressivamente uma especialização na vinha e na bovinicultura, ainda assente no predomínio das explorações de pequena e média dimensão, de tal forma que são, ainda actualmente, estas explorações e estes sectores que detêm um maior peso no PAB, sendo ainda dominantes quer na aplicação do regulamento (CEE) 797/85, quer no 2239/86. Desde o período de pré-adesão à Comunidade Europeia não parece ter existido uma transformação ou ruptura significativa no essencial da agricultura limiana, reforçando-se apenas as tendências que já anteriormente eram detectáveis. O envelhecimento dos dirigentes das explorações e a redução no número de activos agrícolas foi acompanhado pelo aumento do plurirrendimento e pluriactividade, pelo surgir de fenómenos de extensificação a exemplo do abandono de alguns campos de cultivo (sobretudo de cereais para grão-milho) e pelo peso crescente da conta própria, reduzindo-se a importância do arrendamento e da parceria.

Mas, se a falência das políticas produtivistas, que apenas tocaram um reduzido número de explorações agrícolas, não permitiu um aumento generalizado dos rendimentos das famílias, a manutenção formal no arranjo dos campos, reproduzindo uma ruralidade tradicional sem problemas ou impactes ambientais significativos, e que se encaixa quer no imaginário ruralista de uma geração urbana, recentemente migrante, que transporta a memória da casa na aldeia dos pais ou avós, quer na necessidade das classes médias e superiores encontrarem o contraponto ao bulício e frenesim urbano, permitiu criar condições para o surgimento de actividades ligadas ao turismo.

A reestruturação vitícola e o turismo em espaço rural são, actualmente, as duas principais componentes da revitalização das áreas rurais da Ribeira-Lima, corporizando a sua actual “imagem de marca”. Estas transformações, até pela forma como têm sido assumidas, filiam-se em concepções de ruralidade, enquanto elemento de referência social, que foram evoluindo ao longo tempo, sem que, ao suceder-se, tenham recoberto por inteiro as anteriores, até porque a composição do actual cenário limiano encerra um pouco de cada uma delas. Numa primeira fase, quando as teses ruralistas eram dominantes, o espaço rural era entendido pelo Estado Novo como suporte das tradições sociais e culturais, como “reserva do regime”, como espaço conservador e contraponto às ideias industrialistas, onde se consubstanciavam as atitudes reformistas e modernizadoras. Nesse sentido, a par da inércia dos sistemas agrícolas e sobretudo das estruturas agrárias, o lazer surgia, ainda que de forma marginal, como um elemento de fixação e justificação do tradicionalismo da paisagem geo-humana rural, enquanto o consumo de vinho era tido como um bom exemplo do prosseguir das tradições de antanho. Depois, sobretudo a partir dos anos 50, o campo passa a ser visto como lugar de produção, ao mais baixo custo possível, de produtos alimentares, para ser actualmente entendido como reserva ecológica e ambiental, onde algumas “ilhas” especializadas e de elevada produtividade bastariam à procura urbana.

Apesar dos agentes que impulsionaram a reestruturação vitícola e o Turismo no Espaço Rural (TER) não serem sempre coincidentes, podem ser encontrados, pelo menos na sua génese, alguns traços comuns. Trata-se de uma inovação de matriz essencialmente urbana, centrada numa procura exógena e em regra protagonizada por dirigentes de explorações com profissão principal exterior à agricultura, quase sempre proprietários fundiários, com ou sem experiência nos sectores, mas que aproveitaram as linhas de crédito existentes com a intenção de revalorizar um património que se ia degradando física e financeiramente, tendo a maioria sabido tirar vantagem do associativismo.

Em parte motivado pelas razões expostas, tentando tirar partido das mudanças nos gostos e

motivações, tiveram lugar, durante a década de oitenta, um conjunto de significativas alterações de algumas das facetas mais inatingíveis da Ribeira Lima, embora tenham adquirido uma maior expressão no Município de Ponte de Lima, onde o arranque foi mais precoce.

Entre elas destacam-se uma de raiz arquitectónica que passou pela construção, reconstrução ou melhoramento de numerosos edifícios entre os quais avultam vários solares em diferentes estádios de degradação e outra de raiz agrária que se prende com o facto de a vinha, nas vertentes melhor expostas, começar a ganhar o centro dos campos em detrimento do milho e a trepar as vertentes substituindo áreas de bravio, ao mesmo tempo que vai sendo abandonada a forma de condução da vinha em ramada — a mais comum nesta área — substituída pela cruzeta ou mais recentemente pela armação em cordão duplo e simples.

A sangria populacional ocorrida ao longo das últimas décadas, que afectou também a Ribeira Lima provocou uma manifesta diminuição da mão-de-obra disponível com a consequente necessidade de simplificação de tarefas sobretudo as maiores consumidoras de mão-de-obra como a vindima, a par da necessidade de melhorar a qualidade do vinho, abriu o campo a uma reestruturação agrícola onde as adegas cooperativas, sobretudo a de Ponte de Lima, têm vindo a desempenhar um papel decisivo, o que tem passado nomeadamente pela prática de uma política diferencial de preços entre o branco e tinto, pela vinificação em separado e maior valorização das uvas de casta loureiro, pelo fornecimento aos sócios de varas e porta-enxertos e ainda a orientação e apoio técnico, sobretudo importante nas novas plantações. A produção de vinho branco aproximou-se de forma clara da do tinto, entre o início da década de setenta e a de noventa, e apesar das áreas reestruturadas monoculturais não serem ainda muito significativas, é de salientar a forte adesão ao processo dos pequenos viticultores sócios da adega.

Um outro aspecto que importa salientar diz respeito às mudanças culturais que se foram operando e que se prenderam com processos diferenciados, ora assumidos ora consentidos por inevitáveis, entre os quais avultam as preocupações com o património arquitectónico, nomeadamente com a revalorização da casa típica minhota, quer a de lavoura quer o solar, e mesmo com as vilas e aldeias onde o antigo não é necessariamente sinónimo de velho.

O segundo tipo de alterações adquire contornos e uma amplitude difíceis de precisar, prefigurando-se de qualquer forma, mais complexo e capaz de desencadear mudanças mais profundas e mesmo irreversíveis. Em primeiro lugar cabe sublinhar o abandono de práticas agrícolas de gerações nomeadamente no cultivo da vinha. Por tradição, o orgulho da exploração agrícola assenta no vinho, a produção mais nobre, aquela que poderá melhor salientar a capacidade do agricultor e na qual se podia rever.

Mas a penetração das adegas, a opção por técnicas tendencialmente uniformizantes, a usual passagem da parceria ou arrendamento para a conta própria no caso das novas plantações, a queda do vinho tinto (na medida em que as populações rurais emigram ou se transfere o consumo para outras bebidas a que se associa um perfil mais urbano) perante o avanço do branco — um vinho com maiores possibilidades de comercialização actualmente — força o rompimento com o tradicional e vai abrindo as portas à modernidade.

O orgulho do agricultor vê-se agora transferido para a capacidade de absorver as novidades, na graduação alcoólica dos seus vinhos — até pelo aumento de rendimento que lhe anda associado — ou na amplitude de horizontes que permitiram abandonar o fundo de vale onde a produção era maior e que em muitos casos significava a garantia de abastecimento para todo o ano.

A mentalidade do agricultor, não necessariamente residual, adequa-se também às novas

iniciativas de valorizar o seu vinho pela definição de uma identidade própria — o vinho de quinta. Em muitos casos é o empresário que tenta encontrar novas formas de valorização patrimonial ao tornar-se produtor-engarrafador de um vinho de qualidade superior, onde é normalmente dominante a casta loureiro.

Um terceiro vector de alteração, resultou na mercantilização da tradicional hospitalidade minhota e que está na base da compreensão da abertura da casa da família do Minho ao turista.

Por tal facto se poderá compreender também porque existem diferentes concepções relativamente ao tipo de alojamento que é proporcionado: na residência em comunhão de mesa e espaços com os proprietários, ou de chave na mão, isto é, apartamentos ou quartos independentes da residência principal.

Estão de qualquer forma reunidas condições para que da interligação entre a vontade de afluir ao campo, da venda de hospitalidade e da produção de vinho resulte o sustentar de uma estreita relação vinho-TER, a exemplo da implementação de circuitos vitícolas, que tem nos «chateaux» franceses uma indisfarçável referência, e que os incentivos financeiros permitiram potenciar.

O associativismo na Ribeira Lima contou com a adesão de figuras prestigiadas da sociedade limiana como o Conde de Aurora, que constituiu um elemento da penetração da Adega de Ponte de Lima, ou o Conde de Calheiros que tem desempenhado idêntico papel no TER, através da Turihab. A capacidade de associação desempenhou um decisivo papel na regulação das actividades aqui tratadas: como forma de aumentar o campo de adesões aos processos em curso; como forma de penetrar as novas ideias pela formação e da informação; pela fiscalização da prática da actividade pelos associados; pela criação e suporte de circuitos de comercialização do vinho e do TER.

Importa salientar que depois de um processo de esvaziamento e lenta regressão, só a requalificação das áreas rurais, alicerçada no crescente interesse por estes espaços, sustenta mudanças mais profundas, tanto ancoradas numa base exógena definidora das alterações a introduzir, como da capacidade de absorção e interiorização local destes processos e valores. De facto, a pressão exercida pela evolução das sociedades ditas desenvolvidas sobretudo com base no crescimento industrial, levou à recuperação essencialmente a partir dos anos sessenta, de conteúdos ideológicos, que se filiam em acções desenvolvidas por finais do século passado, e que provocaram movimentos contrários ao tradicional e marcante sentido decorrente do êxodo rural levando um sensível número de cidadãos para as comunidades rurais. Aí tentaram dar forma a subculturas capazes de se bastarem a si próprias, em ruptura com o crescimento económico posterior à 2ª Grande Guerra Mundial, verificado essencialmente pelos anos 50, e caracterizado por uma utilização intensiva dos recursos, tendencialmente uniformizador dos comportamentos sobretudo através da introdução e difusão de formas de consumo de massa e fortemente penalizador para o ambiente. A partir da constituição de núcleos de divulgação do «movimento ecológico», difundiu-se um conjunto de temas emoldurados num discurso dramático, tantas vezes fatalista e radical, que defendia o término das fronteiras ideológicas, para lá das classes e dos regimes políticos. O movimento de preservação do meio ambiente desencadeia, assim, um processo de retorno à natureza que vai conquistar amplos sectores sociais entre as classes média e alta, sobretudo nos países mais desenvolvidos, passando por um processo de difusão de informação dirigido inicialmente a grupos restritos e tendencialmente massificador, ao acompanhar a transformação dos valores tradicionais de uma sociedade industrial nos de uma sociedade de serviços, mais “limpa”.

Mas o regresso formal que decorre do regresso ideológico e conceptual, torna premente a necessidade de assegurar a permanência das populações, de tal forma que as áreas rurais não sejam entregues em exclusivo aos novos visitantes, com consequências porventura mais nefastas que o próprio esvaziamento. E, para que a sua presença possa constituir um benefício para as populações das

áreas de acolhimento, parece necessário orientar as iniciativas segundo um quadro de intervenção que extravase o âmbito de soluções mais comuns ao turismo, onde domina a concentração espacial, até porque no território da Ribeira Lima, uma parte significativa da população, vive ainda fora dos principais aglomerados urbanos, dispersa no espaço rural, a desempenhar uma actividade na agricultura.